

O DIA DEPOIS DO DESENVOLVIMENTO:
GIRO FILOSÓFICO PARA A CONSTRUÇÃO DE
UMA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA

*José de Souza Silva*¹

A crise do desenvolvimento não se dirige somente aos meios e às possibilidades, concerne também à natureza dos fins do desenvolvimento [...] é preciso admitir que a crise do desenvolvimento é antes de tudo uma crise da razão e da cultura ocidentais [...] o único modelo operativo no mundo é o modelo ocidental. (DOMENACH, 1980, p. 13).

Posso indicar sucintamente o que para mim constitui a essência da crise do nosso tempo [...]. A anarquia económica da sociedade capitalista, tal como existe atualmente, é, na minha opinião, a verdadeira origem do mal. (EINSTEIN, 2012, p. 4).

Uma **crise de sentido** condiciona o fim do mito do desenvolvimento. Rupturas e emergências paradigmáticas são os epicentros da crise civilizatória emergente da destruição das condições naturais/culturais para a vida na Terra. Depois de séculos de progresso e décadas de desenvolvimento, a humanidade está mais desigual, e o planeta, mais vulnerável. Um aspecto da causa profunda dessa crise é o modo de inovação dominante da época do industrialismo, que ordenou o mundo para o progresso, na colonização, e para o desenvolvimento, na globalização, ocultando sua natureza capitalista na sedutora ideia de progresso/desenvolvimento; suas premissas – *verdades* – sobre o que é e como funciona a realidade estão associadas aos impactos insatisfatórios do “desenvolvimento” resultante de sua adoção global. Se estamos insatisfeitos com o estado de “desenvolvimento” do *mundo que temos*, imaginemos o “**dia depois do desenvolvimento**”, para negociar o *mundo que queremos* e o modo de inovação para construí-lo. Como não se podem superar problemas complexos com o mesmo modo de inovação que os

¹ Engenheiro-agrônomo, Ph.D. em Sociologia, pesquisador da Embrapa Algodão, Rua Oswaldo Cruz, 1143 – Centenário, Caixa Postal 174, CEP 58428-095 Campina Grande, PB. jose.souza-silva@embrapa.br

gerou, diante da crise global da inovação para o desenvolvimento, propomos a *inovação da inovação* (SILVA, 2011a) na transição paradigmática de uma agricultura familiar convencional a uma agricultura familiar agroecológica (SILVA, 2014a). Um mundo relevante para todas as formas e modos de vida humana e não humana necessita de uma agricultura orientada para a vida, não para o desenvolvimento. Esse giro paradigmático na agricultura familiar requer da Agroecologia² um giro radical para imaginar perguntas que exigem repensar filosoficamente – *de forma transgressora* – o processo de inovação e construir respostas comprometidas com a sustentabilidade da vida, e não com o desenvolvimento rural sustentável, que é capitalismo verde sustentável, uma impossibilidade.

A DES/COLONIALIDADE DO PODER, SABER, SER E NATUREZA: A DICOTOMIA SUPERIOR-INFERIOR E O PROCESSO DE INOVAÇÃO

A visão de mundo e o sistema de valores que estão na base de nossa cultura, e que devem ser cuidadosamente examinados, foram formulados em suas linhas essenciais nos séculos XVI e XVII. Entre 1500 e 1700, houve uma mudança drástica na maneira como as pessoas descreviam o mundo e em seu modo de pensar. Essa nova mentalidade e a nova percepção do cosmo propiciaram à nossa civilização ocidental aqueles aspectos que são característicos da era moderna. Eles se transformaram na base do paradigma que dominou nossa cultura nos últimos trezentos anos, e agora está prestes a mudar. (CAPRA, 1982, p. 49).

Ver bem não é ver tudo, mas ver o que a maioria não vê. Se a maioria olha para onde lhe mandam olhar, negligenciando ângulos ocultos do que necessita compreender para aceitar, rejeitar ou transformar, olhemos para onde a maioria não olha. No caso, a observação crítica de ângulos invisíveis para a maioria revela mitos a derrubar, e relações, significados e práticas a cultivar para restaurar a resiliência do planeta e resgatar a sustentabilidade dos modos de vida humana e não humana. Isso implica realizar a descolonialidade do pensamento hegemônico da época histórica que condiciona a natureza *epistemológicas, metodológicas e axiológicas*

– do modo de inovação – *modo de interpretação* + *modo de intervenção* – dominante; algumas são falsas verdades que inspiram falsas promessas e soluções inadequadas.

Em sua histórica subordinação ao poder, a ciência moderna é refém de mitos civilizatórios – *progresso* (DUPAS, 2006) e *desenvolvimento* (ATTALI et al., 1980) – criados para ocultar o capitalismo e a dicotomia superior-inferior que legitima sua expansão (SILVA, 2006). Tendo aceitado essa expansão como “natural”, impérios da Europa ocidental iniciaram a colonização como uma estratégia para expandir a produção capitalista, o que exigiu “conquistar” novos territórios e culturas para “fabricar sociedades amigáveis” ao sistema emergente, que necessitava transformar modos de vida, e não apenas atividades econômicas. Porém, no discurso do colonizador, a colonização emergiu como uma “missão nobre” na qual os civilizados partilhariam os segredos de seu sucesso com os primitivos para que estes fossem civilizados como aqueles; hoje, essa é a missão da globalização neoliberal, na qual os desenvolvidos “ajudam” os subdesenvolvidos a ser como eles. A ciência do poder enunciou a existência de raças superiores e inferiores e instituiu o “direito do mais forte”, o da raça branca. Porém, como as palavras “superior” e “inferior” não facilitavam a relação antagônica colonizador-colonizado, criaram o binômio civilizados-primitivos, como um eufemismo para legitimar e suavizar a injusta dinâmica das relações assimétricas de poder emergentes. Mas a solução definitiva para ocultar o capitalismo e a dicotomia superior-inferior que o viabiliza foi criar a “ideia de progresso” que galvanizou mentes e conquistou corações de governos e líderes de todas as geografias, ideologias e religiões ao prometer prosperidade e felicidade para todos que aceitassem a meta universal “ser civilizados”, ou seja, ser capitalistas, adotando as verdades da ciência ocidental e suas inovações tecnológicas.

Depois da participação da ciência do poder em eventos como a “solução final” para a questão judia, o holocausto, e a construção da bomba atômica, lançada em Hiroshima e Nagasaki, o desencanto com o “progresso” levou o vencedor da Segunda Guerra Mundial e seus aliados a substituírem aquela ideia pela “ideia de desenvolvimento”. Desenvolvimento deixou de ser um processo para ser o destino inevitável da humanidade. No presente, a meta homogênea para todos os povos é “ser desenvolvidos”, ou seja, ser capitalistas. O subdesenvolvimento é diagnosticado como um estado pré-capitalista, e o desenvolvimento, como uma meta evolutiva do capitalismo;

quanto mais capitalista, mais desenvolvida é uma sociedade. Surge daí a gradação ideológica na classificação dos países: *subdesenvolvidos, em desenvolvimento, emergentes e desenvolvidos*. Tudo isso exigiu a criação de estruturas de poder para ocultar a outra face da modernidade, a colonialidade (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). O projeto da modernidade ocidental começou com o capitalismo emergente no final do século 15 (DUSSEL, 1993), cuja expansão seria impossível sem a despossessão de territórios, erosão de culturas e epistemicídio de saberes dos povos “conquistados”. Com um *modus operandi* inescrupuloso, o sistema-mundo, moderno/colonial, visa a acumular riqueza material infinita por meio de crescimento econômico ilimitado e lucro máximo no curto prazo a qualquer custo. Oculto na “ideia de progresso/desenvolvimento”, o capitalismo se expande para saciar sua fome insaciável de mercados cativos, matéria-prima abundante, mão de obra barata, mentes dóceis e corpos disciplinados, enquanto viola sistematicamente o humano, o social, o cultural, o ecológico e o ético, desde 1492. A face oculta dessa **modernidade** capitalista é a **colonialidade** (QUIJANO, 2000). A modernidade instituiu-se com base em premissas eurocêntricas constitutivas de sua coerência, como a racialização e a racionalização. A primeira realiza a divisão racial do espaço (ocidente-orientes, primeiro-terceiros mundos), do trabalho (escravidão para negros, servidão para índios, trabalho assalariado para brancos) e dos recursos e produtos de povos conquistados cujos territórios foram usurpados, culturas erodidas, histórias soterradas, línguas extintas, vozes silenciadas, saberes desqualificados, dignidades violadas, sonhos desfeitos e modos de vida destruídos. A segunda premissa – racionalização – instituiu a classificação social dos povos com base na ideia de raça (civilizados-primitivos, desenvolvidos-subdesenvolvidos). Diferentemente do **colonialismo** – padrão de dominação política, econômica e administrativa, no qual um povo subjuga a soberania de outros –, a **colonialidade** instituiu padrões de poder que operam sobre a raça, o saber, o ser e a natureza, reproduzindo a hegemonia ocidental e negando e rejeitando racionalidades “outras”. Enquanto o fim do colonialismo exigiu um processo de **descolonização** das relações coloniais de dominação, o fim da colonialidade exige a **descolonialidade** do poder, saber, ser e natureza.

A **colonialidade do poder** (QUIJANO, 2000) é uma estrutura racial e global de poder criada pelo colonizador para controlar a subjetividade dos colonizados. A raça superior, constituída de homens brancos, cristãos, anglo-saxões, que vivem no clima temperado da Europa/dos Estados Unidos, tem

direito à dominação; as demais raças, inferiores, têm a obrigação da obediência. Sua expressão operativa é a dicotomia superior-inferior que o sistema de Estados reproduz por meio de seus sistemas de educação, comunicação, inovação e cooperação. A **colonialidade do saber** (LANDER, 2005a) institui o eurocentrismo como a perspectiva única do conhecimento, que surge do poder de nomear e classificar pela primeira vez, criar fronteiras, decidir quais conhecimentos e comportamentos são ou não legítimos e institucionalizar a visão de mundo e o pensamento filosófico do dominador. O cânon, o modelo, o paradigma, o centro civilizador do mundo é o Norte, superior (civilizado/desenvolvido); o Sul, inferior (primitivo/subdesenvolvido), é sua periferia/semiperiferia. Sua expressão operativa é a violência epistêmica da geopolítica – *eurocêntrica* – do saber, que define “o relevante” como algo que existe sempre em certos idiomas, é criado sempre por certos atores e nos chega sempre de certos lugares, que nunca coincidem com nossos idiomas, atores e lugares. A **colonialidade do ser** (MALDONADO-TORRES, 2007) é a dimensão ontológica da colonialidade que se afirma na violência da negação do outro. O ser do Norte geográfico, superior, não inclui a experiência colonial do Sul geográfico, inferior. A modernidade se consolida como paradigma da conquista por meio de violências, destruições, injustiças, sob o qual o outro é descartável, “coisa” a ser possuída, objeto de domínio. Sua expressão operativa é a violência ontológica calculada para destruir imaginários, identidades e sentidos. A **colonialidade da natureza** (WALSH, 2007) descarta da esfera da existência a dimensão ‘mágica’ para facilitar a apropriação do mundo da vida físico-espiritual. Separa o ser humano da natureza para que esta seja reduzida a matéria inerte, objeto de dominação para exploração. A separação cartesiana cultura/natureza descarta a relação milenar entre humanos e não humanos, negando a premissa de que os humanos são parte da natureza, para controlar modos de vida, significados, sentidos. Sua expressão operativa é a dominação da natureza, para sua apropriação e exploração, reduzindo-a a capital natural, serviços ambientais privatizáveis, bio-negócios (“economia verde”).

Sob a colonialidade do poder, saber, ser e natureza, cada avanço paradigmático das ciências agrárias corresponde à criação de um tipo de instituição para sua apropriação pelo poder econômico hegemônico, por meio de uma estratégia global de institucionalização da desigualdade e apropriação social e tecnológica da natureza, para a produção e acumulação capitalistas. Na emergência da ciência moderna, Bacon definiu o papel da ciência do poder.

Em *Nova Atlântida*, ele propôs a Casa de Salomão, a ciência organizada (para, mas não da sociedade), superior, que descobriria as verdades com as quais o Estado, inferior, governaria a sociedade. Muitos dos que vivem na Casa de Salomão, considerando-se donos da *verdade científica*, ignoram a conclusão de Ilya Prigogine, Prêmio Nobel de Química, em *O Fim das Certezas*: a ciência não deve prometer certezas, nem mesmo probabilidades, só possibilidades. Comprovando que vivemos um tempo de **ciência pós-normal** (FUNTOWICS; RAVETZ, 1994), isso é reforçado pelos *estudos de complexidade* nas ciências naturais e *estudos culturais* nas ciências sociais (WALLERSTEIN, 2006). Os primeiros revelam que não há linearidade nem monocausalidade nos fenômenos naturais, enquanto os segundos confirmam que as verdades sobre os fenômenos dependentes da percepção humana são culturais. Usamos este marco descolonial para abordar a subordinação do saber ao poder no desenvolvimento da agricultura tropical, desde 1492, para revelar o papel do paradigma clássico de inovação na criação de desigualdades na humanidade e vulnerabilidades no planeta e para identificar desafios que a Agroecologia enfrentará para contribuir à construção do “dia depois do desenvolvimento”, pré-requisito para a construção de uma agricultura familiar agroecológica.

BREVE HISTÓRIA DO PASSADO: A INOVAÇÃO PARA O “PROGRESSO” DA AGRICULTURA TROPICAL

O capital mercantil subordinou o processo de inovação à sua lógica. Durante o colonialismo imperial, isso significou a penetração da lógica mercantil no processo de “inovação para o progresso” da agricultura tropical. Como resultado da vigência da colonialidade do poder, saber, ser e natureza estabelecida por impérios da Europa ocidental durante o colonialismo imperial, impérios antigos se apropriaram do potencial da botânica econômica, por meio de jardins botânicos, e da química agrícola, por meio de estações experimentais agrícolas (BUSCH; SACHS, 1981). A colonização que introduziu a “ideia de progresso” foi a primeira expansão territorial e cultural do capitalismo. Não era uma iniciativa filantrópica para civilizar os “primitivos”, mas uma estratégia imperial para o controle de territórios e culturas na qual o sucesso da produção e acumulação capitalistas dependiam do grau de desenvolvimento da ciência do poder, da era da botânica econômica cultivada pela *ciência imperial* até a era da química agrícola praticada pela *ciência colonial* (SILVA,

1991). Durante o reinado da botânica econômica, plantas tropicais foram transferidas principalmente do “Novo” para o “Velho” Mundo, além de terem sido exploradas como monocultivos em outras colônias. No reinado da química agrícola, a agenda de pesquisa dos institutos nacionais foi cooptada para investigar produtos tropicais de interesse da Europa: algodão, cacau, café, cana-de-açúcar, sisal.

O mundo foi ordenado para o “progresso” – *capitalismo* – para justificar a apropriação de territórios e a destruição de culturas com o apoio da botânica econômica, que identificou, classificou, comparou e observou plantas tropicais úteis à economia dos impérios, tendo viabilizado monocultivos territoriais, o que levou à expansão de jardins botânicos nas colônias tropicais – que em 1800 já somavam 1.600 na África, América Latina e Ásia – para o controle de plantas tropicais e seus produtos. No Brasil, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, originalmente Estação de Aclimação, resultou dessa estratégia. Depois, a invenção da química agrícola viabilizou monocultivos territoriais que justificaram a criação de estações experimentais agrícolas nas colônias tropicais – que em 1900 já somavam 800 na África, América Latina e Ásia – para o controle das agendas nacionais da pesquisa agrícola. No Brasil, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), originalmente Estação Imperial, resultou dessa estratégia.

BREVE HISTÓRIA DO PRESENTE: A INOVAÇÃO PARA O “DESENVOLVIMENTO” DA AGRICULTURA TROPICAL

O capital industrial subordinou o processo de inovação à sua lógica. Isso significou a penetração da lógica industrial capitalista no processo de “inovação para o desenvolvimento” da agricultura tropical. Como resultado da vigência da colonialidade do poder, saber, ser e natureza estabelecida ontem por impérios da Europa ocidental e renovada hoje pelo vencedor da Segunda Guerra Mundial e seus aliados, no atual imperialismo sem colônias, impérios corporativos se apropriam do potencial da Genética mendeliana e da Biologia moderna por meio de Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola (Cipas), do aumento de sua própria capacidade de pesquisa agrícola e da cooptação de agendas públicas de Institutos Nacionais de Pesquisa Agrícola (INIA) (BUSCH; SACHS, 1981). A globalização, que substituiu

o “progresso” pelo “desenvolvimento”, é a segunda expansão histórica e cultural do capitalismo. Não é uma iniciativa filantrópica para desenvolver os “subdesenvolvidos”; é uma estratégia transnacional para o controle de territórios e culturas, segundo a qual o sucesso da produção e acumulação capitalistas dependem do grau de desenvolvimento da ciência do poder, da era da genética mendeliana cultivada pela *ciência internacional* até a era da Biologia moderna praticada pela *ciência comercial* (LANDER, 2005b; SILVA, 1991). No reinado da genética mendeliana, Cipas foram estabelecidos nos centros de origem (ou de maior diversidade) dos recursos genéticos vegetais críticos para a alimentação humana. Isso despersonalizou o acesso dos países do Norte, *indigentes genéticos*, aos abundantes recursos genéticos vegetais dos países do Sul, *opulentos genéticos*. No reinado emergente da Biologia moderna, as corporações transnacionais com interesses globais e ambição expansionista, inclusive na agricultura e alimentação, influenciaram a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi) para controlar o atual potencial da ciência para alterar o código da vida.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi reordenado para o “desenvolvimento” – *capitalismo* – para justificar a despossessão de territórios (HARVEY, 2004) e domesticação de culturas do “Segundo” e “Terceiro” Mundos com o apoio da genética mendeliana, que viabilizou a via híbrida (patente biológica) como a única possível para o desenvolvimento da agricultura e induziu à criação de Cipas, superiores, nos centros de origem dos recursos genéticos vegetais críticos para o sistema alimentar mundial, tendo viabilizado a Revolução Verde e a criação de congêneres nacionais, os Inias, de âmbito nacional. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é um dos Inias criados no contexto dessa iniciativa global. Depois, a emergência da Biologia moderna, que altera o *código da vida* de vegetais, animais e micro-organismos, justificou o controle institucional do conhecimento científico que viabiliza a agricultura de precisão e a transgênica. Nesse período, a ciência do poder criou disciplinas científicas para viabilizar a transição da “ideia de progresso” para a “ideia de desenvolvimento” e, assim, a substituição do binômio civilizados–primitivos pelo binômio desenvolvidos–subdesenvolvidos, como a Economia do Desenvolvimento e a Sociologia do Desenvolvimento, derivadas da versão da Teoria da Modernização proposta por Rostow (1960), que dividiu as sociedades em tradicionais

(subdesenvolvidas, inferiores) e modernas (desenvolvidas, superiores) e propôs um modelo evolucionista e linear de crescimento estruturado em sete etapas, do subdesenvolvimento (1ª etapa) ao consumo em massa (7ª etapa). Por essa razão, na segunda metade do século 20, o agronegócio foi promovido a paradigma de desenvolvimento da *agricultura moderna* a partir das contribuições dessa teoria e das disciplinas científicas dela derivadas. Hoje a Teoria da Modernização está em crise (BANURI, 1987) no contexto da atual crise civilizatória, tanto que a ciência do poder, na vã tentativa de salvar as aparências, criou outra disciplina científica, a Nova Economia Institucional, para substituir a Economia e a Sociologia do Desenvolvimento.

BREVE HISTÓRIA DO FUTURO: O PROCESSO DE INOVAÇÃO NUMA ENCRUZILHADA PARADIGMÁTICA HISTÓRICA

O capital financeiro subordina o processo de inovação à sua lógica. Nos cenários emergentes para a agricultura, isso significa a penetração dessa lógica no processo de “inovação para o desenvolvimento” de um **agronegócio** híbrido – *de precisão e transgênico* – que alimenta a acumulação de riqueza material do sistema capitalista global, ao mesmo tempo em que erode a resiliência da natureza e a sustentabilidade dos modos de vida humana e não humana. Porém, simultaneamente, movimentos promovem a construção de uma **agri-cultura** transformada pela agroecologia para contribuir ao resgate da resiliência do planeta e à sustentabilidade dos modos de vida dos quais é constitutiva. Uma época histórica existe quando um sistema de ideias para interpretar a realidade, um sistema de técnicas para transformá-la e um sistema de poder para controlá-la prevalecem sobre outros sistemas de ideias, técnicas e poder, condicionando a natureza e dinâmica das relações de produção e poder, modos de vida e cultura. Uma época histórica muda quando transformações simultâneas ocorrem nessas dimensões a partir da emergência de outros sistemas de ideias, técnicas e poder (SILVA, 2003). A primeira mudança de época ocorreu há 12 mil anos, quando a agricultura foi inventada, o que permitiu ao ser humano depender menos do que extraía da natureza (*época histórica do extrativismo*), ao ser capaz de transformar parte dela para produzir a dimensão material de sua existência (*época histórica do agrarianismo*). A segunda ocorreu na segunda metade do século 18, quando o capitalismo industrial anunciou: “a indústria é o motor do progresso” (*época*

histórica do industrialismo). A terceira está em curso desde a década de 1960, quando teve início a crise sistêmica hoje instalada em um número crescente de países do Sul e do Norte, inclusive nos Estados Unidos, que já não posam como modelo ideal de sociedade industrial capitalista. Seu *American way of life* não é sustentável e nem cumpre a promessa do “desenvolvimento” dentro de seu território: devoram 40% dos recursos naturais consumidos no mundo, são o país mais desigual entre os “desenvolvidos”, e sua sociedade é a campeã do consumo de drogas, pois não encontrou sentido para sua existência na última etapa (consumo de massa) da Teoria da Modernização.

São três os epicentros das mudanças tectônicas das quais emerge outra época histórica (CASTELLS, 1996): uma *revolução tecnológica* (microeletrônica, informática, biotecnologia, nanotecnologia, neurociências) que molda um novo sistema de técnicas para transformar a realidade; uma *revolução econômica* (economia imaterial, espaços multilaterais, regras transnacionais, dispositivos institucionais supranacionais) que cria um novo regime de acumulação de capital e uma nova institucionalidade para sua gestão; e uma *revolução cultural* (movimentos sociais) que resgata e promove a relevância do humano, do social, do cultural, do ecológico e do ético. Cada uma das revoluções propõe uma **visão de mundo** – *conjunto de verdades sobre o que é e como funciona a realidade* – e um paradigma de inovação para superar a visão mecânica de mundo e o paradigma positivista de inovação que prevaleceram no industrialismo (SILVA, 2003). Da **revolução tecnológica** emerge uma *visão cibernética de mundo* que reduz a realidade a processos de produção, acesso, transformação, intercâmbio, compra, venda, gestão, uso de informação. Sob a influência de uma racionalidade instrumental, o *paradigma neorracionalista de inovação* que corresponde a essa visão aceita que a realidade é complexa e tudo está conectado, mas assume que essa complexidade existe de forma objetiva, independentemente da percepção humana, e se expressa na linguagem da *matemática da complexidade*. Assumindo a homogeneidade da realidade, essa visão é comprometida com a eficiência e impõe uma atuação centrada na oferta de produtos/serviços universais. Da **revolução econômica** emerge uma *visão mercadológica de mundo* que reduz a realidade ao mercado. Sob a influência de uma racionalidade estratégica, o *paradigma neoevolucionista de inovação* que corresponde a essa visão aceita a existência de percepções diferentes da realidade, mas é reducionista (divide a realidade em fenômenos independentes) e funcionalista

(o todo é um organismo unitário que não se equivoca; apenas as partes têm disfunções e são tratadas de forma independente) em sua abordagem dessa realidade. Assumindo a existência como uma luta pela sobrevivência por meio da competição, essa visão se compromete com a competitividade e impõe uma atuação centrada na demanda. Da **revolução cultural** emerge uma *visão contextual de mundo* que percebe a realidade como trama de relações, significados e práticas entre todas as formas e modos de vida humana e não humana. Sob a influência de uma racionalidade comunicativa, relacional e significativa, o *paradigma construtivista de inovação* que corresponde a essa visão aceita que não há uma, mas múltiplas realidades, todas dependentes das diferentes percepções dos distintos grupos sociais, e que essa realidade é dinâmica, significando que não existe linearidade nem monocausalidade na explicação da dinâmica dos sistemas naturais e sociais. Assumindo que a realidade é socialmente construída e transformada, essa visão se compromete com a sustentabilidade e o sentido da vida e impõe uma atuação centrada no contexto – a Agroecologia emerge sob essa visão e paradigma. As revoluções dão origem a três cenários para o futuro da agricultura. Nenhum deles existirá de forma pura; em diferentes contextos, um deles prevalecerá sobre os demais:

- **Cenário 1: a tecnociência e a agricultura de precisão.** Sob a visão cibernética de mundo e seu paradigma neorracionalista de inovação, a metáfora do *mundo-rede* (sistema autorregulado de informação) influenciará os imaginários técnico, político e social, na construção de um futuro condicionado pelas possibilidades da tecnociência comprometida com a eficiência produtiva de uma agricultura sequestrada por corporações transnacionais. Vista como uma máquina de produzir alimentos, fibras e energia, a agricultura de precisão busca sua sustentabilidade na eficiência. Nessa agricultura, os excluídos são vistos como ineficientes; a culpa é da própria vítima. Nesse cenário, por falta de argumentos diante do potencial e da relevância da agricultura familiar para a soberania alimentar e a sustentabilidade da vida, os ideólogos e defensores do agronegócio tentam em vão desqualificá-la, apontando-a como atrasada e empírica, e recomendam “desenvolvimento” e “ajuda” como fontes de segurança alimentar. Portanto, este cenário da tecnociência e da agricultura de precisão promove a inviabilização

e a conseqüente extinção da agricultura familiar e desqualifica a Agroecologia.

- **Cenário 2: o mercado e a agricultura transgênica.** Sob a visão mercadológica de mundo e seu paradigma neoevolucionista de inovação, a metáfora do *mundo-arena* (conjunto de arenas comerciais/tecnológicas com gladiadores eliminando seus competidores) influenciará os imaginários técnico, político e social, na construção de um futuro condicionado pelas leis do mercado comprometidas com a competitividade de uma agricultura sequestrada por corporações transnacionais. Vista como um negócio, a agricultura transgênica busca sua sustentabilidade por meio da competitividade. Nessa agricultura, os excluídos são vistos como não competitivos; a culpa é da própria vítima. Nesse cenário, por falta de argumentos diante da relevância da agricultura familiar para a soberania alimentar e a sustentabilidade da vida, os ideólogos e defensores do agronegócio tentam em vão desqualificá-la, apontando-a como atrasada e empírica, e recomendam o mercado global como a única fonte de segurança alimentar. Portanto, este cenário de mercado e agricultura transgênica promove a inviabilização e a conseqüente extinção da agricultura familiar e desqualifica a Agroecologia.
- **Cenário 3: a sociedade e a agricultura familiar agroecológica.** Sob a visão contextual de mundo e seu paradigma construtivista de inovação, a metáfora do *mundo-ágora* (espaço democrático para a interação, negociação e ação interétnica, intercultural e interinstitucional) influenciará os imaginários técnico, político e social, na construção de um futuro relevante para todas as formas e modos de vida, por meio da contribuição da agricultura familiar, transformada pela Agroecologia, à soberania alimentar e à sustentabilidade dos modos de vida dos povos. Vista como modo de vida, essa agricultura inclusiva busca sua sustentabilidade por meio de sua relevância para a soberania alimentar e a sustentabilidade da vida. Nesse cenário, os ideólogos e defensores do agronegócio cooptam a agricultura familiar, elogiando a “agricultura alternativa” que pode ser praticada sob a lógica da agricultura capitalista, como a agricultura orgânica que apenas substitui insumos importados

por insumos locais. Portanto, ainda nesse cenário favorável, os ideólogos e defensores do agronegócio promovem a inviabilização e a conseqüente extinção da agricultura familiar e tentam desqualificar a Agroecologia.

Qual desses cenários pode se transformar num sonho coletivo? No **mundo-rede**, prevalece a indiferença dos cálculos matemáticos da tecnociência: salve-se o mais eficiente. No **mundo-arena**, prevalece o egoísmo dos gladiadores modernos, para quem a existência é uma luta pela sobrevivência por meio da competição: salve-se o mais competitivo. No **mundo-ágora**, prevalece a solidariedade entre todas as formas de vida humana e não humana: ou se salvam todos ou não escapa ninguém (SILVA, 2014b).

GIROS PARADIGMÁTICOS E PREMISSAS FILOSÓFICAS PARA CONSTRUIR O “DIA DEPOIS DO DESENVOLVIMENTO”

O problema do paradigma clássico de inovação não é necessariamente sua origem europeia, mas o fato de que, sendo uma concepção particular, desenvolvida a partir de certo lugar, por certos atores e em certo idioma, haja sido imposto a todos como o único modo possível de inovação. Sua nobre missão de reordenar a realidade global à medida da ordem social que interessava à realidade europeia era uma missão impossível: impor a falsa premissa de que a realidade global é homogênea, ou que pode ser homogeneizada. [Esta] estratégia está em curso desde a Segunda Guerra... quando os Estados Unidos emergiram como potência hegemônica. Sua liderança epistêmico-ideológica não mudou a lógica da superioridade de uns grupos, “desenvolvidos”, sobre outros, “subdesenvolvidos”. (ESCOBAR, 2005, p. 18).

Quo vadis, agricultura familiar, Agroecologia, inovação? Não há uma, mas várias respostas possíveis. Este artigo se compromete com aquela na qual a vida é a origem, centro e fim de todo pensar e atuar dos atores envolvidos no processo de inovação para construir uma agricultura familiar agroecológica, que será possível no *dia depois do desenvolvimento*, ou seja, no dia depois do capitalismo. Essa construção exige giros filosóficos transgressores do modo de inovação da época histórica do industrialismo, entre eles: 1) da pedagogia da resposta que forja “receptores” de ideias/conceitos/teorias, à pedagogia da pergunta que forma criadores de ideias/conceitos/teorias; 2) do paradigma

clássico universal, mecânico e neutro, no qual uns geram, outros transferem, e os demais adotam, a opções paradigmáticas contextuais, interativas e éticas; 3) do “desenvolvimento sustentável” à sustentabilidade dos modos de vida; 4) do “desenvolvimento rural sustentável” ao Bem Viver rural; 5) de “projetos de desenvolvimento” de comunidades, a “projetos de vida” comunitários; 6) da produção, transferência e adoção à geração e apropriação de conhecimento; 7) da transferência de tecnologia e conhecimento ao intercâmbio de experiências e diálogo de saberes; 8) da cooperação que entrega o “pescado” ou transfere o “anzol” à que compartilha “a arte de fazer anzóis”; e 9) da mudança das “coisas” à mudança das “pessoas” que mudam as coisas, transformando seus modos de interpretação e intervenção. Para isso, a Agroecologia necessita cultivar **premissas filosóficas descoloniais** para contribuir à construção do “dia depois do desenvolvimento” (SILVA, 2011b, 2013), entre elas:

- *Nada é anterior nem superior à vida.* Se a vida é a origem, centro e fim de todo pensar e atuar humano, por que o mundo está ordenado para o desenvolvimento? Para reencantar o mundo, devemos reorientá-lo para a vida. Assim, diante de duas ou mais opções em conflito, quando uma delas é a vida, decide-se pela vida.
- *O ser humano busca sentido para a existência.* Sem emoção não há paixão, e sem paixão não há compromisso; toda iniciativa humana tem origem na emoção, e não na razão, que usamos para regular nossas ações. O compromisso coletivo com uma iniciativa depende da aceitação coletiva de sua relevância/sentido (LANDER, 2010).
- *A dicotomia superior–inferior é uma invenção ideológica–epistemológica.* Cientificamente, não existem raças superiores e inferiores. Portanto, não existe um modo de vida superior a ser desejado/emulado – o “desenvolvimento” –, nem um modo de vida inferior a ser rejeitado/superado, o “subdesenvolvimento”. Todos sempre fomos, somos e seremos “diferentes”.
- *A humanidade vive uma mudança de época, e não uma época de mudanças.* Está em crise a civilização ocidental, com sua sociedade industrial capitalista, instituições modernas, paradigma de inovação e marcos intelectuais derivados da “ideia de progresso/desenvolvimento”. O modo de produção e consumo da sociedade

industrial não é consonante com os limites da Terra; por isso, estamos vulneráveis, do cidadão ao planeta. A fumaça da chaminé de uma fábrica, antes símbolo de progresso no industrialismo, hoje significa contaminação. O fim é ser feliz com modos de vida sustentáveis: o Bem Viver (no campo, o Bem Viver rural).

- *O conceito oficial de desenvolvimento sustentável não é um conceito. Atender “as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9) não é um conceito, mas uma promessa. Um conceito gera compreensão; a sustentabilidade implica cultivar relações, significados e práticas que geram, sustentam e dão sentido à vida. Quando violamos essas relações, significados e práticas, criamos vulnerabilidade para a vida; quando delas cuidamos, contribuímos à sua sustentabilidade. Dada a interdependência entre todas as espécies, a sustentabilidade é uma propriedade emergente da interação solidária entre todas as formas de vida humana e não humana; nenhuma espécie pode se dar ao luxo de eliminar as demais e continuar existindo. Um modo de inovação relevante para a vida na Terra é orientado para a convivência – *não para a competição* – entre todas as formas e modos de vida.*
- *A sabedoria ensina a aprender inventando, baseando-se no local, para não perecer ao imitar baseando-se no global. Não é verdade que o relevante existe sempre em certos idiomas, que é criado sempre por certos atores e que nos chega sempre de certos lugares, que nunca coincidem com nossos idiomas, atores e lugares (MIGNOLO, 2000). O conhecimento significativo é interativamente gerado e socialmente apropriado no contexto (local) de sua aplicação (dimensão prática) e implicações (dimensão ética). Não existe conhecimento universal nem neutro; todo conhecimento é social, dependente dos valores, interesses e compromissos dos atores envolvidos no processo de sua geração e apropriação. A inovação relevante emerge de processos de interação social com a participação dos que dela necessitam e serão por ela impactados. O cientista não tem o direito de decidir o “que fazer” apenas por saber “como fazer”: o “que deve ser feito” com*

o poder transformador da ciência é definido com a participação de representantes da diversidade da sociedade.

- *O monopólio do saber científico positivista já não existe.* Fora do mundo da ciência, o saber científico continua imprescindível, mas é apenas um entre outros saberes relevantes. Dentro do mundo da ciência, o paradigma positivista já não é a única forma de fazer ciência; emergem outras opções paradigmáticas – *neorracionalismo, neoevolucionismo, construtivismo* – igualmente científicas.
- *A humanidade necessita de alternativas ao – e não de – desenvolvimento.* Se a crise da civilização ocidental é a crise do desenvolvimento, a solução para a crise não é mais “desenvolvimento”, ou seja, mais capitalismo. Na América Latina, está emergindo a única alternativa ao desenvolvimento, o paradigma *Sumak Kawsay*, ou Bem Viver (LANDER, 2010); inclusive a Fundação Rosa Luxemburgo criou um grupo com o mandato exclusivo de pensar alternativas ao – e não de – desenvolvimento (GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO, 2011, 2013).

O “desenvolvimento” é hoje o zumbi de um capitalismo sem alma (ESTEVA, 2009; RIST, 1997; SACHS, 2000) que pratica *acumulação por despossessão* (HARVEY, 2004), inclusive na agricultura (MAGDOFF, 2013). Isso foi possível pela institucionalização da colonialidade do poder, saber, ser e natureza, que penetrou em imaginários por meio da colonização cultural, que instituiu um pensamento subordinado ao conhecimento autorizado pelo “civilizado/desenvolvido”. Porém, na atual mudança de época histórica, tudo está em crise, inclusive a visão de mundo e o pensamento filosófico hegemônicos desde o século 18. Então, **como pensar uma forma de superar a crise quando também está em crise a forma de pensar?** Uma resposta possível é que a Agroecologia necessita cultivar um pensamento filosófico transgressor (CARVALHO et al., 2006; JONAS, 2004; MAIDAGÁN et al., 2009) (KLOPPENBURG JUNIOR, 1991; RAUBER, 2007; WALSH et al., 2002) para responder a perguntas descoloniais, como (SILVA, 2013):

- a) **Quem inventaram as verdades que legitimam a meta universal “ser desenvolvidos” para todos os povos, e a dicotomia superior–inferior e o modo de inovação que a reproduzem?**
- b) **De qual lugar geográfico enunciaram suas verdades?**

O dia depois do desenvolvimento...

- c) Em que momento histórico isso aconteceu?
- d) Com que intenção política foi concebida tal proposta?
- e) Que processo institucional transferiu essas verdades até nós?
- f) Que instituições ainda as reproduzem entre nós?

Quem responde a perguntas como essas conclui que o fim da Agroecologia não é a sustentabilidade da agricultura, mas dos modos de vida dos quais a agricultura é constitutiva. Se a agricultura foi inventada pelos humanos como um meio para a sustentabilidade das comunidades então emergentes, e não como um fim em si mesma, a transição agroecológica, da agricultura familiar tradicional à agricultura familiar agroecológica, deve ser orientada para contribuir à felicidade das comunidades e à sustentabilidade de seus modos de vida, e não para a sustentabilidade do “desenvolvimento rural”, que é uma alternativa de desenvolvimento. Para contribuir à construção do *Bem Viver* rural, a Agroecologia necessita convidar a Filosofia para apoiar a transgressão da coerência filosófica do modo de inovação vigente no “desenvolvimento rural sustentável”. Senão, no falso altar do “desenvolvimento”, continuará reproduzindo o capitalismo racial, patriarcal, ecocida, que ameaça a vida no planeta. Até quando? A que custo?

REFERÊNCIAS

ATTALI, J.; CASTORIADIS, C.; DOMENACH, J. -M.; MASSÉ, P.; MORIN, E. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1980. 256 p.

BANURI, T. **Modernization and its discontents: a perspective from the sociology of knowledge**. Helsinki: World Institute for Development Economics Research of the United Nation University, 1987. 139 p.

BUSCH, L.; SACHS, C. The agricultural sciences and the modern world system. In: BUSCH, L. (Ed.). **Science and agricultural development**. Totowa: Allanheld, Osmun, 1981. p. 131-156.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982. 447 p.

CARVALHO, I. C. de M.; GRUN, M.; TRAJBER, R. (Org.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília, DF: Unesco: Ministério da Educação, 2006. 241 p. (Coleção Educação para todos, 26).

- CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Malden: Blackwell, 1996. 556 p. (The Information Age: economy, society and culture, 1).
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. 307 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- DOMENACH, J. -M. Crisis del desarrollo, crisis de la racionalidad. In: ATTALI, J.; CASTORIADIS, C.; DOMENACH, J. -M.; MASSÉ, P.; MORIN, E. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1980. p. 13-33.
- DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006. 309 p.
- DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Tradução de Jaime A. Clausen. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.
- EINSTEIN, A. **Por que o Socialismo?** Tradução de Anabela Magalhães. 2012. Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/AEinsteinsobreSocialismo.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- ESCOBAR, A. Por qué innovar nuestra forma de innovar? In: SILVA, J. de S.; CHEAZ, J.; SANTAMARÍA, J.; BODE, M. A. M.; LIMA, S. V.; CASTRO, A. M. G. de; SALAZAR, L.; MAESTREY, A.; RODRÍGUEZ, N.; SAMBONINO, P.; ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, F. J. **La innovación de la innovación institucional: de lo universal, mecánico y neutral a lo contextual, interactivo y ético desde una perspectiva latinoamericana**. Quito: Red Nuevo Paradigma, 2005. p. 17-19. Prefácio.
- ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: la buena vida. **América Latina em movimento**, Quito, ano 34, n. 445, p. 1-33, jun. 2009.
- FUNTOWICS, S. O.; RAVETZ, J. R. Uncertainty, complexity and post-normal science. **Environmental Toxicology and Chemistry**, New York, v. 13, n. 12, p. 1881-1885, 1994.
- GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al Capitalismo/Colonialismo del Siglo XXI**. Quito: Abya Yala, 2013. 524 p.
- GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg: Abya Yala, 2011. 323 p.
- HARVEY, D. The 'New' Imperialism: Accumulation by Dispossession. **Socialist Register**, Wales, v. 40, p. 63-87, 2004.
- JONAS, H. **El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica**. Traducción Javier María Fernández Retenaga. Barcelona: Herder, 2004. 400 p.
- KLOPPENBURG JUNIOR, J. Social theory and the de/reconstruction of agricultural science: local knowledge for an alternative agriculture. **Rural Sociology**, New York, v. 56, n. 4, p. 519-548, Dec. 1991.

- LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005a. 278 p.
- LANDER, E. Estamos viviendo una profunda crisis civilizatoria. **América Latina em movimento**, Quito, ano 34, n. 452, p. 1-29, feb. 2010.
- LANDER, E. La Ciencia Neoliberal. In: CECENÑA, A. E. (Ed.). **Los Desafíos de la emancipación en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2005b. p. 1-52.
- MAGDOFF, F. Twenty-First Century Land Grabs: accumulation by agricultural dispossession. **Monthly Review**, New York, v. 65, n. 6, p. 1-12, Nov. 2013.
- MAIDAGÁN, M. J.; CEBERIO, I.; GARAGALZA, L.; ARRIZABALAGA, G. (Ed.). **Filosofía de la innovación: el papel de la creatividad en un mundo global**. Madrid: Plaza y Valdés, 2009. 187 p.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un Concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-168.
- MIGNOLO, W. **Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000. 371 p.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v.11, n. 2, p. 342-386, Summer/Fall, 2000.
- RAUBER, J. J. Filosofia: necessidade de transgressão do pensar bem para o agir bem. **Revista Pragmateia Filosófica**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 1-10, out. 2007.
- RIST, G. **The history of development: from western origins to global feith**. London: Zed Books, 1997. 276 p.
- ROSTOW, W. W. **Las Etapas del Crecimiento Económico: un manifiesto no-comunista**. Buenos Aires: FCE, 1960. 293 p.
- SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. 398 p.
- SEVILLA GUZMÁN, E. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. **Cuides: Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**, [Almería], v. 10, p. 85-109, abr. 2013.
- SILVA, J. A mudança de época e o contexto global cambiante: implicações para a mudança institucional em organizações de desenvolvimento. In: LIMA, S. M. V. (Org.). **Mudança organizacional: teoria e gestão**. Brasília, DF: FGV, 2003. p. 65-110.
- SILVA, J. Agroecologia: uma ciência para a vida e não para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 163-168, jan./abr. 2014a.

J. de S. Silva

SILVA, J. de S. A inovação da inovação na pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 635-649, maio/ago. 2011a.

SILVA, J. de S. **Hacia el 'Día Después del Desarrollo'**: descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Asunción: ALER: SICOM, 2011b. 243 p.

SILVA, J. de S. La pedagogía de la felicidad en una educación para la vida: el paradigma del 'buen vivir'/'vivir bien' y la construcción del 'día después del desarrollo'. In: WLASH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya Yala, 2013. Tomo I. 553 p.

SILVA, J. de S. O poder da ciência, a ciência do poder e o futuro da questão alimentar. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 35, n. 1, p. 79-101, maio/out. 2014b.

SILVA, J. de S. Science and the politics of genetic resources in Latin America. In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. (Ed.). **Environment and development in Latin America**: the politics of sustainability. Manchester: Manchester University Press, 1991. p. 79-96. (Issues in Environmental Politics).

SILVA, J. de S. Transferir tecnología para establecer hegemonía: La 'dicotomía superior-inferior' en la 'idea de desarrollo' de la agricultura tropical desde 1492. In: YAPU; M. (Comp.). **Modernidad y Pensamiento Decolonizador**: Memorias del Seminario Internacional. La Paz: U-PIEB; Lima; Instituto Francés de Estudios Andinos, 2006. p. 180-220.

WALLERSTEIN, I. Las Estructuras del conocimiento o ¿de cuántas maneras podemos conocer? **Espacio Abierto**: cuaderno venezolana de sociología, Maracaibo, v. 15, n. 1/2, p. 83-90, jun. 2006.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, Colômbia, n. 26, p. 102-113, abr. 2007.

WALSH, C.; SCHIWY, F.; CASTRO-GÓMEZ, S. (Ed.). **Indisciplinar las ciencias sociales**: geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder: perspectivas desde lo andino. Quito: Abya-Yala, 2002. 247 p.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a Science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, Paris, v. 29, p. 503-515, 2009.

Trabalho recebido em 8 de julho de 2014 e aceito em 23 de julho de 2014